

Editorial

Nesta edição da revista *AVAL* vamos nos deter sobre algumas mudanças significativas pelas quais vem passando o ensino superior no Brasil, na presente década, em especial sobre os resultados apresentados no ano de 2009.

Destacamos quatro ações que foram apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como articuladas, dentro dos objetivos do Plano Nacional de Educação: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que se pode considerar como o primeiro programa de expansão de vagas no ensino superior no governo Lula; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); o Plano de Assistência Estudantil (PNAES) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O PROUNI, que concede bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes de graduação e sequenciais de formação específica, por meio de instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, tendo como contrapartida a concessão de incentivos fiscais, foi alvo de críticas no meio acadêmico, sobretudo na área de educação, porque, nessa visão crítica, aprofundaria as desigualdades na distribuição dos recursos educacionais, uma vez que os setores populares alocados nas universidades particulares estariam tendo acesso a um ensino academicamente mais fraco. Independentemente das críticas, destacamos os dados divulgados pelo MEC em 2009, que indicam um acréscimo constante no número de vagas ofertadas e preenchidas desde o primeiro processo seletivo, em 2005. Até o final de 2009 o PROUNI havia contemplado 887.445 vagas para alunos provindos do ensino público ou particular cuja renda per capita familiar chega até três salários mínimos.

Sobre o REUNI, também fortemente criticado por setores do meio acadêmico, por considerá-lo como promotor da massificação do ensino superior, visto por muitos como resultado de um apelo ideológico que gerava o receio de que o repasse posterior de recursos (previsto para ocorrer em até cinco anos) levasse à queda da qualidade, a situações de precarização do trabalho (em razão da expansão de vagas e do número de alunos por docente), e, por consequência, à fragilização

da universidade pública. Ocorreram também muitas críticas em alusão ao caráter "autoritário" do programa, uma vez que as diretrizes vinham prontas da esfera federal e condicionavam o aporte de recursos à melhoria de infraestrutura e o aumento na contratação de docentes e técnicos administrativos à adesão ao programa na forma como estava formatado, ou seja, sem participação dos diferentes atores envolvidos no processo.

Também à parte essas críticas, vale destacar que o REUNI, aprovado em 2007 e implantado a partir de 2008 tendo como meta dobrar o número de alunos na educação superior com aumento de vagas, ampliação e abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor e investimento na infraestrutura física das universidades federais, modificou de forma expressiva a estrutura das universidades federais, sua forma de atuação e a relação entre ensino e pesquisa.

No que se refere às metas do programa, relatório apresentado pelo MEC no ano de 2009 (disponível no site institucional) mostra que houve a adesão de 53 das 54 universidades federais então existentes e que até aquele momento havia ocorrido um incremento de 11,2% no número de vagas ofertadas na graduação pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de 9,7% no número de cursos de graduação presenciais. No que se refere ao incremento de vagas para professores concursados e técnicos administrativos, houve no governo Lula (somando os números do REUNI e do Programa de Expansão Fase I, do período 2005-2008), uma abertura de 9.489 vagas para docentes e 6.355 vagas para técnicos administrativos. Quanto à infraestrutura física, o relatório aponta um total de 327 obras, algumas já concluídas, outras em andamento e outras ainda em processo de licitação no momento do levantamento de dados. Destaca, ainda, a criação de 282 *campi* em 235 municípios do país, dentro de uma política de interiorização da universidade.

A universidade aberta do Brasil (UAB), criada no ano de 2006, e que oferece cursos de nível superior por meio de metodologia de educação à distância com o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, encontra-se implantada em todas as regiões do país como forma

de dar acesso ao ensino superior a pessoas que vivem em regiões desprovidas de instituições de ensino superior.

Paralelamente a essas medidas, e com forte articulação com as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo Lula, ocorreu desde 2005 uma forte expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Para que se tenha uma noção da magnitude dessas ações, desde 2005 havia 75 escolas técnicas no país e este número foi aumentado significativamente a partir de 2009 com a inauguração de mais 100 escolas profissionalizantes. O claro objetivo de preparação para o mercado de trabalho, pela justificativa de que menos de 30% dos jovens de 18 a 24 anos chegam ao ensino superior também foi criticado por setores acadêmicos que viram nisto um atrelamento do governo ao modelo capitalista em seus aspectos mais perversos de reprodução da estrutura desigual de distribuição dos seus recursos, oportunidades e benefícios.

E chegamos por fim à qualificação profissional em nível de pós-graduação, que interessa em especial ao corpo editorial da revista *AVAL* em razão de estarmos vinculados ao curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (Mapp/UFC). Assim, entendemos que a regulamentação da Portaria 80, de 16 de dezembro de 1998, da CAPES, por uma nova portaria do Ministério de Educação, de no. 17, com versão final publicada em 28 de dezembro de 2009, que o transforma em política de Estado, é assunto de grande importância para reflexão e discussão, razão porque, no sentido de instigar este debate, publicamos neste número da *AVAL* dois textos, na sessão *Informes sobre Políticas Públicas*, que discutem alguns aspectos relativos a essa questão.

Lea Carvalho Rodrigues
Pelos editores